



# do Legislativo de 17/09/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 64ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 65ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

### 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

### 3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - João Leite - Mauri Torres - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da

Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - João Leite - Lafayette de Andrada - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Questões de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de reforçar e cumprimentar o movimento desencadeado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça de Minas Gerais - Serjusmig -, que realiza uma mobilização pela inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 3.797/2009, que prevê o pagamento do adicional de periculosidade para os Oficiais de Justiça, assistentes sociais, psicólogos e Comissários da Infância e da Juventude. Sabemos da importância da inclusão em pauta desse projeto, para que a sua tramitação continue e para que possamos reconhecer um direito fundamental daquelas categorias que, no exercício da sua função, estejam submetidas a risco no cumprimento de suas diligências. Mais uma vez, gostaríamos de registrar a importância desse projeto e dizer que a nossa Bancada PT-PCdoB-PMDB está aqui solidária a essa movimentação. Sr. Presidente, na oportunidade quero fazer um registro à Casa Legislativa. Ontem, participamos de um almoço no Sindicato de Autopeças de Minas Gerais - Sincopeças -, num momento em que o IBGE divulgou os últimos números sobre o desenvolvimento do comércio varejista no Brasil. Registrou-se, mais uma vez, um recorde de crescimento do comércio varejista de 12% nos últimos meses, mostrando o fortalecimento do mercado interno brasileiro, em expansão significativa, fruto da política de valorização do mercado interno adotada pelo governo do Presidente Lula. As lojas de autopeças pertencem ao comércio varejista, pertencem à Federação do Comércio, e cumprem um papel fundamental para o proprietário de veículo que, nas manutenções, precisa substituir as peças dos veículos, para continuar circulando com segurança. Nessa reunião, Sr. Presidente, conhecemos alguns problemas fundamentais enfrentados pelo Sindicato de Autopeças. Um deles decorre da substituição tributária. Em função da legislação vigente no Estado, as lojas de autopeças sofrem uma concorrência desleal em relação às concessionárias de veículos, que têm acesso às peças destinadas para as montadoras. Segundo a legislação, quando a peça original, do fabricante, vai para a montadora, como ela é destinada à montagem do produto final, veículo, tem uma alíquota diferenciada de imposto, que é a metade do preço. As montadoras de veículos repassam as sobras dessas peças para as concessionárias que pagam o imposto pela metade e fazem concorrência desleal com as autopeças, aquelas que estão no comércio, na rua, em cada cidade de Minas Gerais, enfrentando uma concorrência desleal com as concessionárias de veículos. É uma distorção que a legislação precisa corrigir, da qual o Sincopeças tem tratado constantemente. Já tivemos uma reunião na Secretaria de Fazenda. É importante enfrentarmos esse problema. A outra questão diz respeito à vistoria dos veículos, às inspeções veiculares. Vários veículos, quando não passam pela devida manutenção e fiscalização, provocam acidentes graves, conforme assistimos, nos últimos tempos, nas rodovias e no Anel Rodoviário, principalmente no trecho entre o BH Shopping e a Cidade Industrial. A população cobrou a instalação dos radares, mas, mesmo com eles, os veículos e caminhões provocam acidentes graves quando não têm a devida manutenção. É preciso fazer as inspeções veiculares, fiscalizar os veículos para trafegarem com segurança. Isso é fundamental. Na oportunidade, cumprimento a Diretoria do Sindipeças, na pessoa do seu Presidente, Helton Andrade. As questões apresentadas ontem sensibilizaram-me bastante. Temos que discutir esses temas com mais frequência. Deixo esse registro.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, mais uma vez cumprimento os servidores do Tribunal de Justiça e solicito a colocação do Projeto de Lei nº 3.797/2009, sobre a periculosidade, em pauta. Fazemos esse apelo também para o Projeto de Lei nº 4.256/2010, sobre as custas processuais. Temos uma emenda para aprimorá-lo. Mas gostaria de destacar que, neste domingo, foi liberado o novo Viaduto das Almas, que anteriormente era chamado de viaduto Vila Rica, embora mais conhecido como Viaduto das Almas. É importante dizer que sua abertura se deu em pleno domingo, sem nenhum alarde, apesar de as pessoas dizerem que Lula faz todo o tipo de inauguração para favorecer a campanha de sua candidata, que é também a nossa. Vejam a postura do governo que, de forma silenciosa, inaugura uma obra fantástica, num local onde acidentes ocorriam a toda semana. Os dados confirmam que todas as rodovias federais foram melhoradas. Os acidentes se devem à imprudência do próprio motorista, embora saibamos que há trechos que necessitam de melhorias, inclusive de traçado, seja na BR-040, seja na BR-381. Isso já está acontecendo na BR-040, numa parte de 23km. Sr. Presidente, o mais grave e razão da nossa questão de ordem é o que ocorre entre Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete. Fiz essa denúncia, há um ano, na presença do Ministério Público. Trata-se de um trecho da Estrada Real, que se encontra sob a responsabilidade do governo do Estado, em que máquinas vão triturando o asfalto, em que não há um buraco sequer, encontra-se perfeito. Isso não tem cabimento e parece ser lavagem de dinheiro. O DER não pode fazer uma coisa dessas. Onde precisávamos do trevo, nas proximidades da Faculdade Santa Rita, perto de Conselheiro Lafaiete, nada foi executado. A Gerdau iria contribuir com a metade da obra. A planta e o projeto foram feitos e apresentados, junto com a direção da Fasar, mas nada foi feito. É um lugar em que se faz necessária a obra, e, num trecho em que não há problema algum, o asfalto está sendo triturado, o que todos percebem. Parece ser lavagem de dinheiro. Isso não tem cabimento. Há Municípios que ainda não contam com a ligação asfáltica. É o caso de Ouro Branco e dos Distritos de Monsenhor Izidro e Itaverava. São Distritos importantes em que nada está sendo feito, enquanto num trecho em que a estrada está excelente todo o asfalto está sendo arrancado para se fazer outro. Isso não tem cabimento e é uma irresponsabilidade para com o povo mineiro, para com o dinheiro público. O dinheiro do povo deveria ser bem usado: na saúde, na agricultura, na ação social, na educação. E obras são feitas porque é a maneira mais fácil de angariar dinheiro e talvez destiná-lo até mesmo para a campanha. Sr. Presidente, faço questão de que minhas palavras sejam registradas porque são uma denúncia grave. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, venho fazer uma cobrança à Secretaria de Defesa Social, ao Comando da Polícia Militar quanto à questão da segurança nos pequenos Municípios, principalmente no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, que visitei nesta semana. Nossos Distritos com 2 mil, 3 mil ou 4 mil moradores não têm segurança. Vivemos um momento de insegurança total nesses lugares. Estive em Quem-Quem, Distrito de Janaúba, que há 20 anos contava com a proteção da Polícia Militar, mas há mais de 10 anos o quartel de lá está fechado. Não há um policial no Distrito de Quem-Quem, onde a violência aumenta a cada dia, assim como a prostituição infantil e a insegurança. A juventude está sem opção e acaba indo para o crime, porque não existe segurança, nenhum aparato do Estado para ajudar na segurança dessas comunidades. Ontem estive no Distrito de Mendonça, em Veredinha, um Distrito com mais de 2 mil habitantes, praticamente uma cidade. Lá também o quartel está fechado, e não há um policial militar há anos. Estive nos Distritos de Nhandutiba e Cachoeirinha, no Município de Manga, e verifiquei a mesma coisa: existia a Polícia Militar. Há 10 anos, havia três policiais lá, mas hoje não há mais. Nem a polícia vai lá. Às vezes, passam-se três meses sem um policial nesses Distritos. Visitei os Distritos de Vila do Morro e de Jiboia, em

São Francisco, e recebi a mesma reclamação. Fui a São Joaquim, no Município de Januária, um Distrito de 10 mil habitantes e nenhum policial. O mesmo verificamos em Pandeiros, Tijuco e Riacho da Cruz, em Januária. Onde está o choque de gestão? Que choque de gestão é este em que vemos a cada dia as políticas públicas diminuindo? As pessoas não têm acesso à segurança. Da mesma forma, a Justiça não funciona nessas pequenas cidades. Quando há Juiz, não há Promotor. Quando há Promotor, não há Delegado. Sem falar na Justiça gratuita, nas Defensorias Públicas, pois praticamente na metade das comarcas do interior não há Defensor Público, em Minas Gerais. No Norte de Minas, é um absurdo, pois em 90% das comarcas não há Defensor. Esse é o choque de gestão? Cobro do Governador Anastasia que olhe essas questões. Todos os dias, ao chegar a um Distrito, ouço a mesma pergunta. Visitei o Município de Salinas, cheguei a Matrona, a Ferreirópolis, e as pessoas reclamam da mesma coisa: antes existia policial, hoje não existe nesses Distritos. Visitei o Distrito de Catuni, em Francisco Sá, e ouvi a mesma reclamação. Em Serra das Araras, em Chapada Gaúcha, a mesma reclamação. Pior, os Municípios menores contam com apenas três policiais. Em São João das Missões, minha terra, há três policiais, mas temos muitos problemas. Lá está a reserva indígena dos índios xacriabás - é um Município grande, com muitos problemas, e o efetivo da polícia é vergonhoso. No Projeto Jaíba, com mais de 20 mil habitantes, foi uma luta para resolver essa questão: precisamos fazer não sei quantas audiências públicas para conseguir policiamento para o Projeto Jaíba. Mesmo assim, o efetivo é muito pequeno, não cobre todo o Projeto. Deixo registrada a nossa indignação, e vamos cobrar do Governador Anastasia providências, porque a insegurança está imperando no Norte de Minas.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de ocupar a tribuna desta Casa para cobrar uma atitude do Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar, e do Cel. Sant'Ana, Chefe do Estado-Maior. Fizemos um pronunciamento na sessão ordinária, na quarta-feira da semana passada, e apresentamos uma denúncia gravíssima com relação ao Ten.-Cel. Antônio Carvalho Pereira, Comandante do Batalhão de Policiamento Especializado. Fizemos também uma denúncia contra o Cap. Sinério, Comandante da Companhia de Cães, e contra a Cap. Denise, oficial do Quadro de Oficiais de Saúde. A Capitã obrigou um Cabo dessa Companhia a capinar o pátio da unidade com as mãos. Por outro lado, o Ten.-Cel. Antônio Carvalho Pereira obrigou cerca de 30 policiais militares - Soldados, Cabos e Sargentos - a trabalharem como serventes de pedreiro, sendo que o cidadão prestou um concurso para ser policial militar. O cidadão que nos ouve neste momento paga seus impostos esperando que o Comandante coloque os policiais na rua, para fazer policiamento. O que a população recebeu em troca? Soldados, Cabos e Sargentos, com muita qualificação para fazer policiamento ostensivo preventivo, estavam batendo picaretas no interior da 4ª Companhia de Cães, sediada no Bairro Saudade, região Leste de Belo Horizonte. Tudo isso ocorreu por determinação de uma pessoa que não tem preparo para gerenciar recursos humanos. Este Deputado estava presente na Av. Afonso Pena, no desfile de 7 de setembro, e vi o mesmo Ten.-Cel. Antônio Carvalho Pereira destratar, humilhar e gritar contra o Maj. Carvalho, Subcomandante do Batalhão Rotam, destratando-o em plena via pública, com todas as pessoas assistindo, inclusive os subordinados do próprio Major. Esse Comandante, o Ten.-Cel. Antônio Carvalho Pereira, não tem condições psicológicas, não tem estrutura para gerenciar recursos humanos. Um Tenente-Coronel que, no ano de 2010, coloca 30 policiais militares para trabalhar como serventes de pedreiro desconhece a Constituição da República, a Constituição do Estado, o Estatuto da Polícia Militar e normas de direitos internacionais ligadas aos direitos humanos. Portanto, destinar um servidor público para função diversa daquela para a qual foi concursado é desvio de função pública, improbidade administrativa e, nesse caso, tratando-se de um trabalho humilhante, degradante, violação expressa de direitos e garantias fundamentais. Portanto, uma violação de direitos humanos. Solicitamos ao Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar, que tome providências enérgicas, já que este Deputado já oficiou ao Comandante, assim como oficiamos ao Dr. Alceu Torres, Procurador-Geral de Justiça, para que determine a um Promotor de Justiça que instale o devido processo legal para apurar as faltas gravíssimas. Ontem apresentamos um requerimento, na Comissão de Segurança Pública, e convocaremos o Ten.-Cel. Antônio Carvalho Pereira, o Cap. Sinério e a Cap. Denise para prestar esclarecimentos na Comissão de Segurança Pública, porque tiveram atitudes brutais, humilhantes e degradantes contra policiais que estavam sob seu comando. Não é possível que em pleno ano de 2010 servidores públicos e administradores públicos tenham a cabeça voltada para a época da ditadura, dos tempos negros, dos tempos de chumbo. Cobraremos sistematicamente, insistentemente, para que o Comando tome providências enérgicas contra esse Comandante que determinou uma ordem tão absurda quanto a que foi dada para os policiais da 4ª Companhia de Cães, sediada no Bairro Saudade, região Leste de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação e, tendo em vista que há projetos que se encontram na faixa constitucional, sobrestando as demais matérias constantes na pauta, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2010

Presidência do Deputado Eros Biondini

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adélmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Braulio Braz - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Eros Biondini) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Questões de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar de um assunto de grande relevância para a saúde no nosso Estado e no nosso país. Deputado Carlin Moura, fizemos hoje uma audiência pública na Comissão de Saúde, da qual tive a oportunidade de participar - o Deputado Doutor Ronaldo, que também é médico, estava lá conosco -, para tratar da greve dos médicos residentes. Durante as discussões, abordamos um problema que preocupa a todos. Em função disso e da própria greve, ao final, ficou decidido, por meio de requerimento, que será realizado um fórum para tratar da questão. A residência médica é tida fundamentalmente como um processo de aprimoramento e capacitação de médicos recém-formados, considerando que somente seis anos de curso são insuficientes para garantir a necessária formação para que o profissional exerça plenamente suas funções. Nessa reunião, ficou bastante evidente que os médicos, ao fazerem concurso para residência - que pode variar entre dois, quatro e cinco anos, dependendo da especialização -, servem, em grande parte, nas diferentes áreas de atuação, muito mais como mão de obra barata do que efetivamente como sujeitos do aprendizado. Isso não pode ficar assim. O Deputado Doutor Ronaldo mencionou e discutiu essa questão com muita propriedade. Devemos estabelecer que a residência médica seja essencialmente um processo de formação, de capacitação, de especialização. Em nenhum momento podemos aceitá-la como um processo de exploração de mão de obra. Há outra questão que levantamos e que nos preocupa ainda mais. Carlão, se a residência médica é uma ação de capacitação, se ela é necessária como processo de formação acadêmica, de melhoria, de aprimoramento, como podemos aceitar hoje que apenas uma parte dos médicos recém-formados ingresse na residência? É feita uma seleção para o ingresso no processo de aprimoramento. Como ficam os outros milhares de recém-formados que ficam fora desse processo? Como ficam os milhares de médicos que hoje estão fora da residência? Eles vão diretamente para o trabalho? Irão cumprir sua função sem uma necessária capacitação prévia? Onde e como esses jovens acadêmicos recém-formados estão trabalhando? Qual é o resultado desse serviço? Quando qualquer um de nós ficar doente, iremos para as mãos desses médicos ainda não preparados? Realmente é preciso discutir com muita profundidade a questão da residência médica. Estou feliz em saber que o governo federal, neste momento, está tomando as providências e acelerando as ações de negociação para que os médicos residentes voltem às suas atividades. Mas isso não basta, tampouco apenas melhorar seus salários. Precisamos pensar a residência médica em um contexto muito mais amplo, muito mais profundo, muito mais abrangente. Se me permitem, quero expor outro tema também relevante. Ao discutirmos a questão do financiamento, do pagamento dos servidores da saúde, dos residentes, abordamos, mais uma vez, o grande problema e a grande polêmica que se tem estabelecido nesta Casa em relação à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Essa emenda trata do financiamento da saúde e determina que a União, os Estados e o Município apliquem o mínimo das suas receitas correntes em ações de saúde. O Conselho Nacional de Saúde, constituído pelo Ministro da Saúde, pelos Secretários de Estado de Saúde, ou seja, pelas mais importantes lideranças desse setor, com poder deliberativo - não apenas consultivo -, emitiu uma resolução em 2003, a Resolução nº 322, que diz exatamente o que são ações de saúde e o que não deve ser computado nos gastos com esse tipo de ação. As análises feitas por meio das auditorias do Ministério da Saúde têm demonstrado que grande parte dos Estados brasileiros não aplica o que deveria aplicar na saúde. Dentro dos Estados que descumprem essa emenda, Deputado Padre João, está em 2º lugar o Estado de Minas Gerais. Vemos muitas vezes as propagandas dizendo que a saúde melhorou muito, que houve muitos investimentos. Quero lembrar, por exemplo, que, em Uberaba, houve redução de 200 leitos hospitalares. O Hospital Dr. Helio Angotti, hospital do câncer de Uberaba, só está funcionando graças à intervenção do governo federal, que financia os gastos correntes. Se não fosse assim, o hospital já teria fechado suas portas. Mas o Estado teima em não cumprir a Emenda Constitucional nº 29, com o argumento de que falta regulamentá-la. É importante a regulamentação, porque nela será estabelecido um novo parâmetro para o governo federal, que terá de aplicar mais recursos no setor de saúde. No entanto, o governo do Estado diz que está fazendo muito pela saúde, mas teima em não cumprir o que está na Emenda Constitucional nº 29. Aplica recursos na Copasa ou contabiliza as ações que nem foram realizadas, recursos que nem foram repassados para a Copasa. Há uma ação no Ministério Público, que deverá ser julgada neste mês ou no próximo, demonstrando um desvio da ordem de R\$700.000.000,00. É uma situação extremamente grave. Portanto, deixo registrado que a questão da saúde exige dos Estados brasileiros maior comprometimento e destinação de recursos para que possamos ter melhores hospitais, mais atendimento e garantia de remédios para quem precisa, para que possamos pagar aos servidores da saúde e aos residentes. Precisamos de mais recursos para a saúde para que possamos viver uma situação que se aproxime do que está escrito na Constituição: saúde como direito de cidadania e dever de Estado. É por isso que lutamos. Obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quero complementar o ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão pela importante audiência pública realizada hoje, tratando da situação dos médicos residentes. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, além de ser médico e conhecedor da saúde pública, tem uma profunda visão humanitária e de Estado. Preocupa-nos a insistência do não cumprimento dos 12% do Orçamento do Estado para a saúde em Minas Gerais, com repasse apenas de 7%. Isso traz enormes prejuízos para a população e os Municípios. Além de o Estado não fazer o repasse dos 12%, orientou seus Senadores e Deputados Federais para derrotarem a emenda da CPMF, com ilusão de que iria prejudicar o governo do Presidente Lula. Mas, como o próprio Presidente disse, ele tem plano de saúde, e isso prejudicou apenas o povo. Foram R\$120.000.000.000,00 retirados da saúde pública, por meio da votação da base de oposição ao governo Lula em Brasília, que é a base de sustentação do governo do PSDB em Minas Gerais. São R\$120.000.000.000,00 a menos para a saúde pública, além de não cumprir a obrigação dos 12%. Isso é muito preocupante. Estamos assistindo a uma ameaça de surto de dengue em Minas Gerais e na Capital, mas nada se faz. O Governador e o Prefeito estão preocupados com a campanha eleitoral. O Prefeito coloca bandeirinhas nas ruas, mas tem de colocar a equipe de combate à dengue, antes que venham as primeiras chuvas e Belo Horizonte sofra como no passado. Não investem na saúde, não cumprem a emenda constitucional e não tomam as providências emergenciais de combate à dengue. Estamos muito preocupados com o descaso da saúde pública em Minas Gerais. Esse é um tema que tem de ser discutido com mais profundidade, tem de haver maior compromisso do governo do Estado com a saúde pública. Aproveito, Deputado Adelmo Carneiro Leão, para dizer que, nesse período em que Deputado anda mais que cachorro zangado - temos andado muito pelo Estado -, tive oportunidade de ir a sua terra, à bonita cidade de Uberaba, e voltei impressionado com a velocidade das obras do PAC. A duplicação da Rodovia 262 até Nova Serrana está praticamente concluída. É uma coisa de primeiro mundo. Está sendo feito também o recapeamento da pista de Nova Serrana para lá. Essas são obras importantes. O Deputado Padre João parabenizou, pela manhã, a ligação do Viaduto das Almas. O governo Lula está mostrando serviço em Minas Gerais. Também estive em Contagem e, andando pelas ruas, fiquei impressionado. Contagem é um canteiro de obras. O Parque São João e as avenidas sanitárias são frutos do PAC 2. Na Vila São Paulo, estão sendo entregues 208 apartamentos, frutos do programa Minha Casa Minha Vida. Há também a continuação da Avenida Tereza Cristina, com a canalização do Ribeirão Arrudas, e as obras do Maria da Conceição e do Novo Retiro. O Presidente Lula está fazendo um trabalho maravilhoso, com investimentos públicos em Contagem e em todos os Municípios de Minas Gerais. Andando pelas ruas daquela cidade, o questionamento que mais ouvi, por incrível que pareça, dos comerciantes e trabalhadores do comércio, foi sobre a conta de luz. As pessoas continuam questionando, Deputado Padre João, sobre a conta de luz da Cemig, que é a mais cara do País. Hoje um comerciante me parou para dar a notícia de que 30 carretas de uma empresa concessionária da Cemig foram incendiadas em Betim. Esse incêndio é no mínimo estranho. Foram incendiadas 30 carretas de uma empresa terceirizada que faz a manutenção da rede elétrica. Que Choque de Gestão é esse que nem sequer possui um pátio seguro para as carretas contratadas pela Cemig. Ou será que escolheram mal a empresa concessionária? Como pode uma concessionária de uma empresa como a Cemig deixar carretas expostas a riscos, em áreas sem segurança. Esse é um prejuízo enorme para a empresa pública Cemig, pois 30 carretas pegaram fogo. A população está muito preocupada, porque o período de chuvas está aproximando-se. No Eldorado sentimos o problema na pele, pois, quando há uma pequena tempestade, uma ventania que derruba uma árvore sobre a rede elétrica da Cemig, o centro comercial do Eldorado costuma ficar 72 horas esperando a religação da energia elétrica. Portanto esperamos uma explicação melhor da Cemig sobre esse incidente das carretas queimadas. Isso está muito mal explicado, e estamos muito preocupados. O povo mineiro exige uma explicação sobre o incidente que queimou essas carretas. Queremos saber se isso não prejudicará a qualidade dos serviços de religação da luz e da recomposição da rede elétrica da Cemig. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. Agradeço também ao Deputado Adelmo Carneiro Leão por ter falado sobre a saúde pública de Minas Gerais.

O Deputado Padre João - Quero apenas registrar que estamos protocolando uma emenda ao Projeto de Lei nº 4.256, a qual também é de interesse dos servidores do Tribunal de Justiça. Com essa emenda, pretendemos corrigir uma distorção da tabela. Está prevista, no art. 18, uma indenização específica para o Oficial de Justiça, e estamos estendendo isso a todos os servidores que fazem diligência. Qualquer um que se locomover, que tiver despesas de viagem, receberá essa indenização, que se estende ao Oficial de Justiça Avaliador, ao Assistente Social, ao

Comissário da Infância e da Juventude, ao Psicólogo Judicial, a todos. Então, um dos aspectos dessa correção é estender a todos. Outro ponto é que uniformiza. Não importa se aquele processo está na Justiça gratuita ou não. Estipula-se o mesmo valor da indenização. Hoje, se se trata da Justiça gratuita, a indenização fica pela metade. Então, não cabe ao servidor custear, ter de pagar. É uma questão do TJ, que tem de pagar o dobro, independentemente de o servidor estar a serviço da Justiça gratuita ou não. Essa correção garante justiça a todos os servidores, além de cumprir essa tabela, uma vez que estende a indenização a todos. Nesse sentido, lamentamos ainda não terem sido pautados os Projetos de Lei nºs 3.797 e 4.256. Mas já fica registrada essa emenda ao Projeto de Lei nº 4.256. Encerrando essa questão de ordem, gostaria de dizer que a comunidade de Ouro Branco está atônita devido a uma obra que está acontecendo entre Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete. Naquele trecho, que faz parte da Estrada Real, o asfalto está novo. Não há um buraco sequer. Há uma máquina que é mais que um rolo, pois é cheia de pinos e vai passando no asfalto até este virar uma munha, e então dizem que estão fazendo um novo asfalto. É uma coisa absurda, e isso deixa claro que se trata de uma maneira de contratar empresa, de superfaturar e ter dinheiro para as campanhas. Não há outra explicação. É uma coisa absurda, pois envolve o dinheiro público. Denunciamos esse ato que ocorreu na mesma estrada no ano passado, no mesmo trecho. Parece que ali há uma empresa responsável pela área que já tem conchavo com o governo, por meio do DER. E ela é a especialista em captar recursos, não bastassem as obras na região da Zona da Mata, como uma quadra poliesportiva que pode ser construída com R\$40.000,00, mas que custou aos cofres públicos R\$200.000,00 ou R\$300.000,00. Ali é o reino dos Castro, domina o império dos Castro na região da Zona da Mata. Esse império deve ser derrubado, pois nele reside o conchavo de alguns políticos donos de empresas, que prestam serviços na área de obras. Há também casos ligados a grandes empresas, como a Cemig e a Copasa, além de obras do próprio governo por meio da Secretaria de Obras. Solicitamos ao Ministério Público dessa região que tome as providências, atendendo a essa denúncia que apresentamos no Plenário. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação e, tendo em vista que há projetos que se encontram na faixa constitucional, sobrestando as demais matérias constantes na pauta, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

Ata da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 1º/9/2010

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo Valério, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo Valério, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Tammy Claret Monteiro, Diretora-Geral, encaminhando o relatório gerencial do primeiro semestre de 2010 da Escola de Saúde Pública; do Sr. Jairo Ataíde, Deputado Federal, publicado no "Diário do Legislativo" de 19/8/2010; e do Sr. José Antônio Baêta de Melo Caçado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/8/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.588 e 6.593/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Carlos Mosconi (2) em que solicita sejam ouvidos na reunião os representantes da Associação Mineira de Médicos Residentes - Amimer - para tratar das reivindicações da categoria; seja realizada audiência pública para debater as reivindicações dos médicos residentes do Estado, que decidiram entrar em greve no mês de agosto, com as autoridades que menciona; Carlos Pimenta (3) em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitando prioridade na votação dos Projetos de Lei nºs 6.146/2009 e 7.055/2010, do Deputado Arlindo Chinaglia, bem como dos Projetos de Lei Federal nº 7.328 e 7.567/2010, do Deputado Wilson Covatti; seja encaminhado pedido de providências ao Secretário de Estado de Saúde comunicando o apoio dos membros da Comissão ao movimento de greve e às reivindicações dos médicos residentes, solicitando, ainda, que a referida Secretaria estude a possibilidade de atender às demandas da categoria no âmbito de sua competência; seja encaminhado pedido de providências às comissões de saúde das assembleias legislativas solicitando apoio às reivindicações dos médicos residentes, bem como manifestação de apoio das referidas comissões para a aprovação dos Projetos de Lei Federal nºs 6.146/2009 e 7.064 e 7.567/2010, em tramitação no Congresso Nacional; Doutor Rinaldo Valério em que solicita seja encaminhado pedido de providências às comissões de saúde das assembleias legislativas sugerindo que seus membros assinem documento a ser encaminhado aos candidatos à Presidência da República solicitando a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29/2000, como primeiro ato de seu governo. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Victor Fernando Soares Lima, 1º-Secretário da Associação Mineira de Médicos Residentes - Amimer -; Fernando Meira de Faria, Vice-Presidente da Amimer; Luciano Teixeira de Faria, residente médico da Clínica do Hospital João XXIII, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Carlos Mosconi, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece as suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2010.

Doutor Rinaldo Valério, Presidente - Doutor Ronaldo - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 17/9/2010, destinada à realização da Sessão do Parlamento Jovem Minas 2010.

Palácio da Inconfidência, 16 de setembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/9/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das

condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 15/9/10, o servidor Geraldo Eustáquio Magela de Salles Campos, CPF nº 772.717.268-53, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 15/9/10, o servidor Antônio Moreira Bastos, CPF nº 215.429.296-87, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2010

Número DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 62/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/10/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de licenças de "softwares".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### PROCESSO Nº 1011012 000103/2010 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: fornecimento de refeições para 132 participantes do Parlamento Jovem, Edição 2010.

Em 16/9/2010, o Sr. Diretor-Geral ratificou, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011012 000103/2010 – Inexigibilidade de Licitação, adotada com base no art. 25, "caput", do mesmo diploma legal, bem como autorizou a despesa, em favor da empresa Rimar Lanchonete e Restaurante Ltda.

#### PROCESSO Nº 1011012 000103/2010 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Fornecimento de refeições para 150 participantes do Parlamento Jovem, Edição 2010.

Em 16/9/2010, o Sr. Diretor-Geral ratificou, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011012 000103/2010 – Inexigibilidade de Licitação, adotada com base no art. 25, "caput", do mesmo diploma legal, bem como autorizou a despesa, em favor da Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais.

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Microtécnica Cema Ltda. Objeto: locação de um leitor copiador de microfílm. Objeto do aditamento: 5ª prorrogação, com manutenção de preço. Vigência: 30 dias a partir de 23/8/2010 ou até que se finalize o Pregão Eletrônico nº 60/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.